

NOTA 7. NOTAS PROMISSÓRIAS

	2016	2015
Saldo do exercício anterior	0,00	9.285.544,80
Atualização monetária e juros do exercício	0,00	532.540,80
Pagamentos no exercício	0,00	-5.748.840,48
	0,00	4.069.245,12

Correspondem aos compromissos (contratos e aditivos) firmados com fornecedores de serviços que têm como objetivo a execução de obras e a prestação de serviços para consultoria de engenharia, fiscalização e gerenciamento da execução de obras viárias e civis.

Com base em medições dos serviços realizados, a Companhia emitiu notas promissórias, as quais, conforme cláusulas contratuais estão sujeitas aos encargos de 3% de juros a.a. e atualização monetária segundo a variação da taxa ANBID (Associação Nacional de Bancos de Investimentos e Desenvolvimento). Foi efetuado acordo para pagamento do valor de R\$ 13.077.950,14, para pagamento em 30 parcelas mensais, iguais e sucessivas, reajustadas a cada 12 meses pela variação acumulada do IPCA, iniciando-se em 15/03/2014. Em Setembro/2014, houve o reajuste de 6,5022%, no valor de R\$ 680.293,58 e pagamentos no valor total de R\$ 4.472.698,42. Em função deste reajuste e os pagamentos efetuados, o valor de R\$ 9.285.545,80, foi reclassificado para o passivo circulante (R\$ 5.571.326,88) e não circulante (R\$ 3.714.217,92). Em Setembro/2015, houve novo reajuste de 9,5586%, resultando um acréscimo de R\$ 532.540,80 e pagamentos no valor de R\$ 5.748.840,48. Em função deste novo reajuste e pagamentos, restou um saldo de R\$ 4.069.245,12, que foi devidamente quitado no ano de 2016.

NOTA 8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Registra as obrigações com impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos da Companhia, tais como: INSS e FGTS. Em 2016, houve parcelamento da dívida previdenciária em 60 (sessenta) vezes, no montante de R\$ 11.466.160,75 (onze milhões quatrocentos e sessenta e seis mil cento e sessenta reais e setenta e cinco centavos) sendo R\$ 9.269.121,11 (nove milhões duzentos e sessenta e nove mil cento e vinte um reais e onze centavos) de principal e R\$ 2.197.039,64 (dois milhões cento e noventa e sete mil trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) de multa e juros de mora. Houve pagamento da parcela 01/60 no valor de R\$ 191.102,67 (cento e noventa e um mil cento e dois reais e sessenta e sete centavos) em dez/2016, restando um saldo de R\$ 11.275.058,08 (onze milhões duzentos e setenta e cinco mil e cinquenta e oito reais e oito centavos). Desta maneira ficou assim composto: R\$ 2.265.569,20 (dois milhões duzentos e sessenta e cinco mil quinhentos e sessenta e nove reais e vinte centavos) curto prazo e R\$ 9.009.488,88 (nove milhões e nove mil quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos) a longo prazo.

	CURTO PRAZO	2016	2015
INSS		3.996.836,91	1.744.664,64
FGTS		523.837,86	521.309,04
TOTAL		4.520.674,77	2.265.973,68
	LONGO PRAZO	2016	2015
INSS		0,00	0,00
FGTS		9.009.488,88	0,00
TOTAL		9.009.488,88	0,00

NOTA 9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS Registra as obrigações com impostos e contribuições tais como: IRRF, ISS, PASEP, etc. Em 2016, houve parcelamento da COFINS e PASEP em 60 (sessenta) vezes, no montante de R\$ 2.379.565,04 (dois milhões trezentos e setenta e nove mil quinhentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos) sendo R\$ 1.941.932,86 (um milhão novecentos e quarenta e um mil novecentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos) de principal e R\$ 437.632,38 (quatrocentos e trinta e sete mil seiscientos e trinta e dois reais e trinta e oito centavos) de multa e juros de mora. Houve pagamento da parcela 01/60 em dez/2016 no valor de R\$ 39.659,40 (trinta e nove mil seiscientos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos), restando um saldo de R\$ 2.339.905,64 (dois milhões trezentos e trinta e nove mil novecentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos). Desta maneira ficou assim composto: R\$ 475.914,78 (quatrocentos e setenta e cinco mil novecentos e quatorze reais e setenta e oito centavos) a curto prazo e R\$ 1.863.990,56 (um milhão oitocentos e sessenta e três mil novecentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos) a longo prazo.

	CURTO PRAZO	2016	2015
IRRF		446.791,78	430.441,53
IRPJ		1.554.305,48	0,00
CSLL		580.686,45	0,00
PASEP		250.103,18	84.938,39
COFINS		1.263.746,83	737.557,60
OUTROS		524.311,19	487.344,63
TOTAL		4.619.944,91	1.740.282,15
	LONGO PRAZO	2016	2015
PASEP		255.730,76	0,00
COFINS		1.608.260,10	0,00
TOTAL		1.863.990,86	0,00

NOTA 10. OBRIGAÇÕES COM PLANOS COMUNITÁRIOS

As obrigações por planos comunitários têm como origem convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, onde a Companhia gerencia as operações de cobrança dos valores a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas.

NOTA 11. OBRIGAÇÕES POR REINCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 13/maio/82 foi firmado convênio entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia, com intervenção da Prefeitura Municipal de Curitiba, visando transferir ao Estado os imóveis que compunham o Terminal de Cargas na CIC (Cidade Industrial de Curitiba), em contrapartida à quitação de dívidas da Companhia.

Em razão das áreas objeto do convênio terem sido invadidas, assentando-se no local inúmeras famílias, foi procedida a reincorporação das áreas através da 48ª AGE, realizada em 21/dez/01, registrando em seu passivo os valores devidos ao Governo do Estado em razão do convênio superacionado.

NOTA 12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui ações cíveis e ações trabalhistas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisão no montante de R\$ 35.037.533,00 (R\$ 20.847.514,00 em dezembro de 2015), classificada no exigível a longo prazo conforme a expectativa de desfecho da lide. Constituição das Provisões

	2016	2015
TRABALHISTA (a)	31.175.000,00	19.945.000,00
CÍVEL (b)	3.862.533,00	902.514,00
TOTAL	35.037.533,00	20.847.514,00

a) Os valores das provisões trabalhistas referem-se às ações ingressas nos seguintes períodos:

	2016	2015
Até 2012	25.718.500,00	17.770.000,00
A partir de 2013	5.456.500,00	2.175.000,00
	31.175.000,00	19.945.000,00

b) Os valores das provisões cíveis referem-se às ações ingressas nos seguintes períodos:

	2016	2015
Até 2012	3.829.833,00	899.514,00
A partir de 2013	32.500,00	3.000,00
	3.862.333,00	902.514,00

NOTA 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	ATIVO		PASSIVO	
	2016	2015	2016	2015
Prefeitura Municipal de Curitiba	4.050.850,80	2.612.152,64	13.348,80	13.348,80
Fundo de Urbanização de Curitiba	64.589,36	87.056,74		
	4.115.440,16	2.699.209,38	13.348,80	13.348,80

NOTA 14. PLANO DE PENSÃO

Mediante Deliberação da CVM nº 371, de 13/dez/00, que aprovou o Pronunciamento NPC nº 26 do IBRACON sobre a contabilização de benefícios a empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes destes benefícios foram instituídas e obrigatoriamente aplicadas para exercícios iniciados a partir de 01/jan/02. A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Alpha de Previdência e Assistência Social, entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil, com a finalidade de suplementar os respectivos benefícios previdenciários. Entretanto, devido à inexistência de déficits e responsabilidades correlatas da (planos de contribuição e/ou benefícios definidos) companhia a referida Fundação, nenhum provisionamento foi constituído.

A Companhia repassou R\$ 2.019.898,70 (R\$ 2.052.038,33 em 2015) para formação das reservas dos funcionários optantes no referido plano. A informação atuarial e financeira do plano em 31/dez/16, conforme parecer fornecido pelo atuário independente, está assim composta:

	2016	2015
Reservas Matemáticas	147.558.192,40	130.449.379,62
Superávit Técnico Acumulado	4.432.549,40	2.572.449,20
Superávit (déficit) técnico no ano	1.860.100,20	-571.423,25

NOTA 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não existem operações com características de instrumentos financeiros que possuem valor de mercado distinto dos saldos contábeis.

NOTA 16. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 82.440.932,00 (oitenta e dois milhões quatrocentos e quarenta mil novecentos e trinta e dois reais), está dividido em 82.440.932 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

NOTA 17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Abaixo, está demonstrada a evolução dos custos e despesas operacionais nos anos de 2015 e 2016:

	2016	2015
Pessoal	104.487.077,11	103.816.581,36
Materiais	2.360.456,03	1.531.276,35
Ressarcimentos	-45.586.610,88	-45.469.279,53
Serviços	16.545.619,26	14.427.552,44
Depreciação/Amortização	417.425,25	380.833,60

NOTA 18. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Abaixo, está demonstrada a receita operacional bruta dos anos de 2016 e 2015:

RECEITAS DE LOCAÇÃO	37.871.837,96
RECEITAS DE ADMINISTRAÇÃO	28.857.646,75
RECEITA SERVIÇOS DE TÁXI	5.878.806,27
	72.608.290,98

NOTA 19. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da empresa. Entretanto, a apresentação de contínuos prejuízos operacionais, deficiência de capital de giro e elevações do endividamento são indicadores que dificultam a administração na manutenção e ampliação de suas atividades. A continuidade operacional e o equacionamento do passivo financeiro da empresa dependerão de buscar fontes alternativas de recursos, da reestruturação dos negócios da empresa, alienação de ativos e aporte de recursos financeiros dos sócios.

ROBERTO GREGÓRIO DA SILVA JUNIOR

Presidente

EDSON GILMAR DAL PIAZ BARBOSA

Diretor Administrativo Financeiro

Celso Minoru Otani

CRC-PR nº 026.609/O-9

Alexandre Cesar Cavichia

Controle Interno

Relatório da Diretoria

Apresentação

A URBS é controlada pelo Município de Curitiba, que possui 99,92% de suas ações. Atualmente, suas principais atividades são a gestão e fiscalização do transporte coletivo, do sistema de táxi e de outros serviços, como transporte comercial e motofrete, da rodoviária, de espaços comerciais, além de diversos equipamentos e espaços urbanos.

Principais Ações

O transporte coletivo de Curitiba continuou sendo referência nacional e internacional em termos de qualidade, bem como se destacou a continuidade na busca por melhorias e avanços.

Destaca-se, em especial, a adoção da tarifa do usuário mais baixa do sistema integrado de transporte (urbano e metropolitano); as ações de apuração dos indicadores de qualidade e as verificações locais nas Concessionárias de questões financeiras, fiscais e contábeis.

Exemplos do reconhecimento deste esforço da URBS e de diversos órgãos da PMC, foram a premiação da Tuboteca no IF

Design Award 2016; a presença do Projeto TOI – Transporte Orientado para a Inclusão entre os 20 finalistas do *Prêmio Mayors Challenge 2016 da Bloomberg Philanthropies*, que contou 290 participantes; e a menção honrosa na premiação internacional de transporte sustentável – *Sustainable Transport Award (STA)*.

Na gestão e fiscalização do transporte coletivo foram realizadas 3.918 vitórias veiculares, 4.315 testes de opacidade, 112 *blitze*, 213 ações especiais e emitidos 9.867 autos de infração, garantindo segurança da frota utilizada na cidade. Também foi implantado no Terminal do Capão Raso o sistema de wi-fi gratuito, a ser levado ao demais terminis urbanos de transporte.

Foi implantada a quarta faixa exclusiva para o transporte coletivo, aumentando para 207 mil o número de passageiros beneficiados. Também ocorreram melhorias na segurança do transporte, especialmente, através de operações com a Guarda Municipal e o incentivo ao uso do cartão transporte que representa cerca de 60% dos pagamentos.

Deu-se continuidade a diversas ações na área de eletromobilidade, com destaque para o PMI-Eletromobilidade, contemplando soluções de transporte coletivo com acionamento elétrico, e o início dos testes do ônibus Hibriplug, elétrico híbrido *plug-in*, que reduz em até 75% o consumo de diesel e a emissão de poluentes.

Foram concluídos os processos preparatórios para as licitações do sistema de bilhetagem eletrônica do transporte coletivo e das placas de nomenclatura de ruas. Foi ainda assinado o contrato de concessão do sistema de bicicletas compartilhadas na cidade, a ser implantado no início de 2017.

Também foram realizadas mais de 7.000 vitórias nos veículos utilizados no sistema de táxi, transporte escolar e fretamento, que a exemplo dos ônibus, também são submetidos a duas vitórias anuais.

Na rodoviária revitalizada, que contou com mais de 200.000 chegadas e saídas de ônibus rodoviários, ocorreram ações para a sua valorização em termos culturais e de lazer, sendo disponibilizada internet gratuita e pontos de recarga elétrica para os equipamentos eletrônicos de seus usuários.

No tocante aos demais equipamentos urbanos relevante foi a disponibilização de cartões de acesso aos moradores de rua para utilização gratuita dos sanitários da região central da cidade, administrados pela Empresa.

Mais de 20,6 mil protocolos na Central 156 foram respondidos pela Empresa, assim como, cerca de 280 mil pedidos de informações via telefônica. Também houve manifestação sobre 12 projetos de lei e 17 pedidos de informação da Câmara Municipal.

Durante o ano a Empresa recebeu 64 delegações, das quais 32 estrangeiras, totalizando quase novecentos visitantes, desses, 336 outros do exterior. Também foi convidada a apresentar soluções e inovações em eventos técnicos no Brasil e no exterior. Entre outras ações de cunho social, foi dada continuidade ao projeto Cidadania Jovem, com apresentação de palestras e visitas técnicas para cerca de 1.150 alunos, principalmente, do ensino básico municipal.

Destques Econômico-Financeiros

No ano, a Receita Operacional cresceu R\$ 4,2 milhões, aumentando 6% em relação a 2015, especialmente, em razão das receitas de Permissão de Uso e de Estacionamentos. Por outro lado, o aumento das despesas e custos ficou em 4,74%, abaixo do crescimento das receitas e menor que o índice inflacionário de 6,29%.

A Empresa obteve ressarcimentos de R\$ 45,5 milhões e quitou mais de R\$ 10 milhões de dívidas de cunho judicial. Também aumentou para R\$ 35 milhões as provisões para contingências com base em análise jurídica quanto às ações em trâmite. Ao final do exercício apurou um prejuízo de R\$ 27,7 milhões.

Continuidade Operacional

A apresentação de contínuos prejuízos por parte da empresa tem requerido ajustes por parte da administração e tem sido motivada por vários fatores.

Há alguns anos, a retirada da gestão e fiscalização do trânsito municipal implicou em significativa perda de receitas. Também foram perdidas receitas pela concessão de alguns serviços da empresas, como a administração de estacionamentos. Mais recentemente, a empresa deixou de contar com as receitas da gestão do transporte metropolitano integrado.

Atualmente, cerca de 40% do quadro funcional da empresa está cedido à municipalidade, dos quais a grande maioria para as atividades do trânsito. Ocorre que os ressarcimentos contemplam apenas os custos diretos, sendo ônus da empresa os custos indiretos e os dispêndios com ações trabalhistas dessas cessões.

Para equacionar esse déficit estrutural e financeiro, foi proposta a alteração da legislação municipal que trata do assunto, bem como solicitados ressarcimentos das despesas incorridas com projetos e outras ações relacionadas ao trânsito e ao transporte coletivo. Além disto, foi tentada a alienação de imóveis, cujas licitações restaram desertas.

Considerações Finais

A Direção da URBS agradece a confiança e apoio do Poder Executivo Municipal, bem como, das equipes das Secretarias e de outros órgãos da administração municipal. Também reconhece as importantes contribuições dos membros da Sociedade e dos Conselhos de Administração e Fiscal. Por fim, consigna o seu reconhecimento aos colaboradores da URBS pelo trabalho comprometido e dedicado à causa pública.

Curitiba, 27 de março de 2017.

A DIRETORIA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da URBS – Urbanização de Curitiba S.A., abaixo assinados, assistidos pela **MACIEL AUDITORES S/S**, tendo examinado as demonstrações financeiras pertinentes ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2016**, e conforme parecer da auditoria independente, são de parecer que os referidos documentos espelham a real situação econômico-financeira da Empresa, merecendo consequentemente, a aprovação dos Senhores Acionistas.

Curitiba, 05 de abril de 2017.

CLAUDINEI NOGUEIRA

DIRETORIA

CLEONICE AMARAL

ROBERTO GREGÓRIO DA SILVA JUNIOR

Presidente

EDSON GILMAR DAL PIAZ BARBOSA

Diretor Administrativo e Financeiro

DANIEL RICARDO ANDREATTA FILHO

Diretor de Transporte

GLADIMIR DO NASCIMENTO

Diretor de Urbanização

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da URBS – Urbanização de Curitiba S/A. Curitiba - PR

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **URBS – Urbanização de Curitiba S/A (COMPANHIA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **URBS – Urbanização de Curitiba S/A** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Limitação de Escopo – Reconhecimento Contábil

A Companhia apresenta em 31 dezembro de 2016 direitos e obrigações referente a reincorporação de Imóveis, sendo que não foi possível obtermos evidência suficiente e razoável para garantir que esses valores estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Limitação de Escopo – Impairment

A administração em 31 de dezembro de 2016, não realizou os procedimentos aplicáveis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de redução do valor recuperável de ativos, conforme requerido pela NBC TG01(R3) – Valor Recuperável de Ativos. Assim não foi possível estimar os efeitos, se houver, nas demonstrações contábeis da URBS, caso tivessem sido utilizadas as estimativas mencionadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COMPANHIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Continuidade Operacional

Conforme nota explicativa 01 de Contexto Operacional a URBS é uma sociedade de economia mista, com finalidade de administrar o Fundo de Urbanização de Curitiba, podendo a conta desses recursos, promover a realização de investimentos em projetos e programas de desenvolvimento Urbano do Município de Curitiba e respectiva Região Metropolitana, bem como a comercialização de equipamentos urbanos. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016, apresentam patrimônio líquido negativo no valor de R\$11.116.097,88. Essa situação indica a existência de incerteza relevante, que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa 19. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Valores Correspondentes

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram por nós revisadas e emitimos relatório em 07 de março de 2016, com ressalva quanto a não aplicação do teste de impairment.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **COMPANHIA** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.